

PL 4.076/2015

Autor: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a

prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na

África

Data da 16/12/2015

Ementa: Altera a Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui

normas gerais para licitação e contratação de parceria público-

privada no âmbito da administração pública.

Forma de Apreciação:

Apresentação:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Texto Às Comissões de

Despacho: Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços;

Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de Tramitação: Ordinária

Regime de tramitação:

Ordinária

Em 04/01/2016